

## TERMO DE REFERÊNCIA – COMPRA

### 1. OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a aquisição de 02 (dois) veículos automotivos novos, sem uso, ano e modelo atuais, emplacados/lacrados, com a devida documentação legal e acompanhados de todos os acessórios obrigatórios por lei, conforme especificado na tabela abaixo e nos termos e condições constantes neste Termo de Referência (TR).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Veículo novo, <b>de passeio</b> , 0 km, tipo camioneta, ano/modelo 2025/2025 e/ou 2026, com especificações completas no item 4.3 e seus subitens.	Unidade	1
2	Veículo novo 0 km, <b>tipo furgão ou van</b> (misto), ano/modelo 2025/2025 e/ou 2026, adaptado, com especificações completas no item 4.3 e seus subitens.	Unidade	1

1.2 O objeto da contratação caracteriza-se como:

- ☒ comum (aquele cujo padrões de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido no termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado – art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021);
- ☐ especial (aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode ser considerado comum, nos termos do conceito acima – art. 6º, XIV da Lei 14.133/2021).

1.3 A compra enquadra-se no seguinte tipo:

- ☒ Compra imediata e integral (em até 30 dias da ordem de fornecimento), sem obrigações futuras
- ☐ Compra imediata com obrigações futuras
- ☐ Compra sob demanda (com prazo certo, não continuado)
- ☐ Fornecimento contínuo (compra sob demanda, mas continuada).

1.4 Os bens a serem adquiridos são:

- ☒ Itens de patrimônio

- ☐ Itens de consumo
- ☐ Patrimônio e Consumo

1.5 O prazo de vigência da contratação é de seis meses, a contar do dia útil seguinte à disponibilização da Súmula no Diário Oficial.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente necessidade de aquisição de dois veículos (um furgão e um veículo tipo de passeio) advém da **perda total dos veículos anteriormente utilizados pelo MPRS em decorrência das severas enchentes que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul** em 2024. A aquisição também se justifica pelo fato de que os recursos para essa finalidade já estão disponíveis nos cofres públicos. Eles são provenientes do Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS) e da indenização da seguradora, referente à perda dos veículos.

**Veículo Tipo Furgão:** O veículo anterior, utilizado pelo Setor de Patrimônio, era essencial para o **transporte de bens patrimoniais**, incluindo mobiliário, equipamentos de informática, materiais de escritório, arquivos e outros itens necessários para a instalação, manutenção e movimentação entre as diversas unidades do MPRS, incluindo Promotorias de Justiça, Procuradorias e setores administrativos na capital e no interior do estado. A perda deste veículo **compromete significativamente a capacidade do Setor de Patrimônio de realizar suas atividades essenciais**, impactando a logística interna e a operacionalidade das unidades do MPRS.

**Veículo Tipo passeio:** O veículo anterior, modelo DOBLÔ, era utilizado para atender às **demandas rotineiras e emergenciais do MPRS**, incluindo o transporte de documentos, processos, materiais de expediente, pequenas cargas, e o deslocamento de servidores para atividades externas como diligências, reuniões, participações em eventos e outras necessidades administrativas e finalísticas do Ministério Público. A ausência deste veículo **dificulta o fluxo de trabalho e a agilidade nas atividades cotidianas do MPRS**, prejudicando a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

A reposição desses veículos é **crucial para restabelecer a normalidade das operações do MPRS**, garantindo o suporte logístico necessário para o funcionamento eficiente de suas unidades e a continuidade dos serviços essenciais à justiça e à sociedade gaúcha, especialmente no contexto de recuperação pós-enchente.

### 3. SOLUÇÃO

A solução foi definida em Estudo Técnico Preliminar, constante do presente procedimento.

### 4. ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

#### 4.1 Catálogo Eletrônico do Ministério Público:

- ☐ O produto CONSTA do Catálogo e suas especificações SEGUEM O DETALHAMENTO lá constantes.
- ☐ O produto CONSTA do Catálogo, mas suas especificações NÃO SEGUEM O DETALHAMENTO lá constante.
- ☒ O produto NÃO consta ou ainda NÃO consta do Catálogo.

#### 4.2 Marca(s) ou modelo(s)

- ☒ Não há indicação de marca/modelo (regra).
- ☐ Há indicação de marca/modelo como parâmetro de qualidade.
- ☐ Há indicação de marca/modelo.
- ☐ Existem marcas pré-aprovadas em processo de pré-qualificação (art. 6º, XLIV e art. 80, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21).

#### 4.3 O bem que se pretende adquirir deverá conter as seguintes características:

##### 4.3.1 O veículo **do tipo passeio** deverá conter as seguintes características:

##### 4.3.1.1 Características gerais: o veículo deverá ter as seguintes características gerais

- a) Tipo: camioneta;
- b) Ano de fabricação 2025;
- c) Modelo 2025 ou 2026;
- d) Veículo novo, zero quilômetro e primeiro emplacamento;
- e) Capacidade de cinco passageiros, incluindo o motorista;
- f) Com quatro portas laterais e uma porta de acesso ao porta-malas;

- g) Modelo em continuidade de produção mais recente da montadora, disponível no mercado nacional no ato da assinatura do contrato;
- h) Cor branca.
- i) Potência mínima de 110 cv.

4.3.1.2 Combustível: gasolina ou flex.

4.3.1.3 Câmbio: automático ou transmissão continuamente variável (CVT).

4.3.1.4 Freios: freio com sistema ABS.

4.3.1.5 Dimensões: o veículo deverá conter as seguintes dimensões.

- a) Altura mínima livre do solo: 150mm;
- b) Porta-malas: no mínimo 350 litros;
- c) Tanque de combustível com capacidade de, no mínimo, 45l (quarenta e cinco litros);
- d) Distância mínima entre eixos: 2550mm.

4.3.1.6 Equipamentos: o veículo deverá conter os seguintes equipamentos.

- a) Bancos revestidos com forração em tom escuro;
- b) Acionamento elétrico das portas dianteiras e traseiras;
- c) Desembaçador de vidro traseiro;
- d) Jogo de tapetes;
- e) Ar-condicionado direto de fábrica;
- f) Película de segurança nos vidros laterais e traseiros com grau de transparência mínima permitida em Lei;
- g) Equipamentos de som com rádio AM/FM, com entrada USB e conjunto de quatro alto-falantes.

4.3.1.7 Segurança: o veículo deverá conter os seguintes itens de segurança.

- a) Aviso de utilização de cinto de segurança.
- b) Bolsa de proteção contra impactos (*airbags*) frontal e lateral;
- c) Cintos de segurança dianteiros de três pontos retráteis com regulagem de altura, cintos de segurança traseiros laterais e central de três pontos;
- d) Alarme antifurto.
- e) Luz auxiliar de freios;
- f) Farol de neblina;
- g) Sensor de estacionamento;
- h) Sensor de ponto cego.

4.3.1.8 O veículo deverá ser equipado com os demais itens de segurança exigidos por lei.

4.3.1.9 O veículo deverá estar de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as homologadas pelo Procon e Ibama.

4.3.2 O veículo **do tipo furgão ou van** deverá conter as seguintes características:

4.3.2.1 Características gerais: o veículo deverá ter as seguintes características gerais

- a) Tipo: furgão ou van (misto);

- b) Ano de fabricação 2025;
- c) Modelo 2025 ou 2026;
- d) Veículo novo, zero quilômetro e primeiro emplacamento;
- e) Porta lateral corrediça;
- f) Modelo em continuidade de produção mais recente da montadora, disponível no mercado nacional no ato da assinatura do contrato;
- g) Cor branca.
- h) Potência mínima de 120 cv.

4.3.2.2 Combustível: diesel.

4.3.2.3 Freios: freio com sistema ABS

**4.3.2.4 Dimensões e Características Estruturais do Veículo Base:** O veículo deverá conter as seguintes dimensões e características estruturais mínimas:

- a) Tanque de combustível com capacidade de, no mínimo, 60l (sessenta litros);
- b) Distância mínima entre eixos: 4300mm.

**4.3.2.5 Adaptações Específicas na Carroceria:** O veículo deverá ter as seguintes adaptações necessárias na carroceria:

- a) Segunda fila de bancos com 04 (quatro) poltronas individuais, com estrutura em aço, três estágios de reclinção, espuma injetada tipo soft com molas, revestido em corvin de 0,12 mm de espessura mínima, na cor preta;
- b) Piso do compartimento dos passageiros revestido com tapete vinílico antiderrapante;
- c) Compartimento de carga isolado e forrado com assoalho em compensado naval de 18mm e forração das laterais em compensado naval de 14mm;
- d) 04 (quatro) linhas de trilho logístico, sendo duas em cada lado do baú, com a primeira linha instalada a 350mm do solo do baú e a segunda a 1500mm do solo do baú;
- e) 04 (quatro) barras de contenção (tubo retrátil), compatíveis com a largura do baú, em aço galvanizado com espessura de 2,6mm e tubo de 38mm de diâmetro, para uso com trilho logístico, sendo uma das pontas de pressão para fixação nos trilhos;
- f) Trava auxiliar no compartimento de carga, interligada ao sistema de travamento do veículo.

**4.3.2.6 Equipamentos:** O veículo deverá conter os seguintes equipamentos:

- a) Bancos revestidos em couro sintético de alta durabilidade ou material análogo de qualidade equivalente ao couro, na cor preta ou grafite;
- b) Banco do motorista com regulagem de altura;
- c) Acionamento elétrico das portas (incluindo vidros e travas elétricas) dianteiras e traseiras, original de fábrica;
- d) Desembaçador de vidro traseiro;
- e) Protetor de cárter e jogo de tapetes;
- f) Ar-condicionado direto de fábrica;
- g) Rodas de liga leve com aros de, no mínimo, 15" (quinze polegadas);
- h) Equipamentos de som com rádio AM/FM, entrada USB e conectividade Bluetooth, com conjunto de pelo menos dois alto-falantes;
- i) Retrovisores externos com regulagem interna elétrica original de fábrica;
- j) Direção elétrica ou hidráulica.

**4.3.2.7 Segurança:** O veículo deverá conter os seguintes itens de segurança:

- a) Aviso de utilização de cinto de segurança;
- b) Bolsa de proteção contra impactos (airbags) frontal para motorista e passageiro;
- c) Alarme antifurto;
- d) Luz auxiliar de freios (brake light);
- e) Farol de neblina;
- f) Sensor de estacionamento traseiro;
- g) Sensor de ponto cego;
- h) Películas de proteção solar (insulfilm) com transparência mínima conforme legislação de trânsito vigente, aplicadas em todos os vidros exceto para-brisa.

4.3.2.7 O veículo deverá ser equipado com os demais itens de segurança exigidos por lei.

4.3.2.8 O veículo deverá estar de acordo com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as homologadas pelo Procon e Ibama.

4.3.3 Os veículos deverão ser entregues totalmente abastecidos com o tanque cheio, conforme as especificações técnicas do veículo.

4.4. Critérios e práticas de sustentabilidade (vinculados às características do objeto):

☒ Foram adotados

4.4.1. Devem estar em conformidade com o PROCONVE – Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores e atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais nacionais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções).

☐ Não foram adotados

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1 Exigências legais**

☐ Foram verificadas e não existem para o objeto

☒ Foram verificadas e são as seguintes: Código de Trânsito Brasileiro. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito, no que compete a equipamentos obrigatórios de segurança, registro e licenciamento, atendimento ao PROCONVE, no que compete a questões de sustentabilidade, além das normativas da Lei 14.133 de 2021.

### **5.2 Garantia de execução do contrato**

Não haverá exigência de prestação de garantia, nos termos do artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

### **5.3 Programa de Integridade**

Não haverá necessidade de apresentação, pela empresa contratada, de programa de integridade.

## **6. EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **6.1 Prova do material:**

☒ Não

☐ Sim.

### **6.2 Forma de entrega dos bens:**

- a) Todos os bens deverão possuir qualidade mínima que viabilize seu perfeito e completo uso pela CONTRATANTE.
- b) Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas solicitadas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovados pela área técnica responsável do CONTRATANTE.
- c) Os veículos deverão ser entregues com os tanques totalmente abastecidos, conforme suas especificações técnicas.

6.3 Haverá emissão de ordem de fornecimento, nos seguintes termos:

- ☒ Uma ordem de fornecimento para todo o contrato
- ☐ Várias ordens de fornecimento, sob demanda, durante a execução do contrato

6.4 Prazo da entrega dos bens:

- ☒ Entrega integral.

A entrega do item 4.3.1 deverá ocorrer em até 90 dias a contar da assinatura do contrato.

A entrega do item 4.3.2 deverá ocorrer em até 120 dias a contar da assinatura do contrato.

- ☐ Sob demanda, com quantidades estimadas.
  - ☐ Sem quantidade mínima por pedido.
  - ☐ Com quantidade mínima por pedido
- ☐ Programada.

6.5 Local de entrega dos bens: Rua Santana, 440, bairro Farroupilha, Porto Alegre-RS. CEP 90040-144, das 12h às 19h, em dias úteis.

Nome do responsável: José Adriano Ribeiro D'Avila, 51 3295-2030, transporte@mprs.mp.br.

6.6 A entrega dos bens deverá observar a quantidade total indicada na Ordem de Fornecimento expedida, dentro do prazo.





#### 6.7 Instalação dos bens/equipamentos (embutida na compra)

- ☒ Não se aplica.
- ☐ Haverá instalação.

#### 6.8 Recebimento:

- a) No ato de entrega será realizada vistoria e emitido o Termo de Recebimento Provisório, onde serão registradas as condições de cada veículo.
- b) O recebimento definitivo do objeto se dará no prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento provisório, depois da verificação da sua qualidade e consequente aceitação;
- c) Caso não esteja de acordo com o exigido no edital, o objeto será devolvido à CONTRATADA, que terá o prazo de 30 (trinta) dias para providenciar sua substituição;
- d) Entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento, devidamente emplacados (placa oficial) – exercício **2025 ou 2026**. Toda a documentação de propriedade e tráfego necessária também deve ser entregue, **com a quitação de todas as taxas, impostos e encargos que incidam sobre o veículo até a data da efetiva entrega ao Ministério Público do Rio Grande do Sul.**

#### 6.9 Subcontratação:

É autorizada a subcontratação, nos termos da legislação vigente, se necessária para a adaptação na carroceria do veículo do tipo furgão/van.

##### 6.9.1. Da Subcontratação Específica para Adaptações da Carroceria

Com o objetivo de ampliar a competitividade na presente licitação e dada a especialidade das atividades, será admitida a subcontratação **parcial e exclusivamente** para a execução das adaptações na carroceria do furgão ou van, observadas as seguintes condições, sem prejuízo das demais disposições gerais de subcontratação e da Lei nº 14.133/2021:

- a) A subcontratação se restringe estritamente às etapas de serviço de adaptação da carroceria do veículo, não sendo permitida para o fornecimento do veículo base (furgão ou van) ou outras parcelas consideradas essenciais para a integralidade do objeto principal.
- b) A empresa subcontratada para a execução das adaptações deverá ser comprovadamente **especializada e legalmente habilitada** para o serviço. A licitante vencedora deverá apresentar à Administração, para aprovação prévia, a documentação que comprove a qualificação técnica e a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da subcontratada.

c) A **contratada principal (fornecedora do veículo)** permanecerá **integral e exclusivamente responsável** perante a Administração pela completa e perfeita execução do objeto contratual, incluindo todas as adaptações realizadas por eventual subcontratada, e pela entrega final do veículo em conformidade com as especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

d) Qualquer falha, atraso ou desconformidade na execução das adaptações pela subcontratada será de responsabilidade da contratada principal, cabendo a esta adotar todas as medidas corretivas necessárias, sem ônus ou prejuízo para a Administração.

e) A subcontratação não implicará qualquer vínculo jurídico entre a Administração e a empresa subcontratada, sendo a contratada principal a única interlocutora e responsável perante o Contratante.

f) A subcontratação não pode acarretar a perda ou a restrição da garantia de fábrica do veículo base. A contratada principal deverá assegurar que as adaptações, independentemente de quem as execute, preservarão integralmente a garantia de fábrica do furgão/van.

#### 6.10 Desfazimento/destinação final dos bens

☒ Não se aplica.

☐ Há obrigação acessória vinculada ao desfazimento/destinação final/descarte dos bens.

#### 6.11 Garantia/assistência técnica contratual

6.11.1 Há prazo complementar à garantia legal, nas seguintes condições:

6.11.1.1 A garantia dos veículos deve ser de, no mínimo, 36 meses, contados da data do recebimento definitivo, sem limite de quilometragem.

6.11.1.1.1 Caso o período de garantia ofertado pelo fabricante seja menor que o estipulado no item 6.11.1.1, a Contratada fica obrigada a oferecer a garantia complementar.

6.11.1.2 A garantia será prestada com vistas a manter os veículos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

6.11.1.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos veículos pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

6.11.1.4 É imprescindível que a fabricante dos veículos disponha de concessionária(s) autorizada(s) no município de Porto Alegre/RS, para assegurar a execução das revisões e as manutenções necessárias no período de garantia.

6.11.1.5 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos de fabricação apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

6.11.1.6 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do veículo;

6.11.1.7 Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito de fabricação, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega do veículo à rede de concessionárias da Contratada;

6.11.1.8 O prazo indicado no item 6.11.1.7, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante;

6.11.1.9 Quando necessária a realização de manutenção corretiva, o Contratante deverá levar o veículo à Concessionária da Contratada mais próxima para a realização dos reparos. Em caso de pane (veículo imobilizado), o Contratante será responsável pelo traslado do veículo;

6.11.1.10 O Contratante deverá encaminhar os veículos para realização de manutenção preventiva, de acordo com os critérios definidos nos respectivos manuais, à Concessionária da Contratada mais próxima, sob pena de perda da garantia;

6.11.1.11 Não havendo qualquer manifestação da contratada no prazo, a contratante providenciará a substituição ou conserto do bem e cobrará o valor da empresa.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE**

7.1 A compra será formalizada:

☐ Por nota de empenho, em substituição do termo de contrato

☒ Contrato

7.2 As especificações e regras deste Termo deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.3 As comunicações entre o Ministério Público e a empresa contratada serão realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 A execução do contrato será coordenada pelo Gestor do contrato (ou, na falta deste, por seu substituto), bem como acompanhada e fiscalizada pelo fiscal (ou seu substituto).

7.4.1 Responsáveis pela Gestão e Fiscalização do contrato:

- a) A Gestão do contrato será exercida pelo servidor José Adriano Ribeiro D'Ávila, motorista, Coordenador da Unidade de Transportes e, como substituto, pelo servidor Mario Airton Garcia Menna.
- b) A fiscalização será exercida pelo servidor Marlon Gonçalves Zilli, Técnico do Ministério Público Administrativo e, como substituto, pelo servidor Natali Salamoni da Silva, Assistente Especial II, com endereço na Rua Santana, 440 – Bairro Farroupilha, telefones (51) 3295-2030, e-mail [transporte@mprs.mp.br](mailto:transporte@mprs.mp.br).

7.4.2 O gestor do contrato poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o gestor poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, visando apresentar o plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.4.4 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, e, entre outras funções definidas no Provimento nº 05/2023:

- a) verificará o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;
- b) anotarà no procedimento, à medida que ocorrerem, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitirá notificações para a correção da execução do contrato, assim que identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, determinando prazo para a correção;
- d) comunicará o gestor do contato, em tempo hábil, qualquer situação que ultrapasse sua competência ou que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas.

#### 7.4.5 Outras rotinas específicas relacionadas à execução contratual:

☒ Não

☐ Sim

#### 7.5 Obrigações gerais:

a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;

i) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

j) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

l) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021;

o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017);

## 7.6 Sanções:

7.6.1. Poderão ser aplicadas sanções de natureza moratória e punitiva diante do não cumprimento das cláusulas contratuais:

a) multa por atraso: 0,5% ao dia sobre a parcela inadimplida por dia de atraso, no máximo de 20 dias;

b) advertência

c) multa compensatória: até 10% sobre o valor total do contrato

- d) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

#### 7.6.2 Sanções específicas

- ☒ Não existem sanções específicas vinculadas ao objeto.
- ☐ Existem sanções específicas vinculadas ao objeto:

7.6.3 A multa poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, limitada a 30% (trinta por cento).

### 8. PAGAMENTO E REAJUSTE

8.1 Documentos que devem ser remetidos juntamente com a nota fiscal:

- ☐ Não
- ☒ Sim

A Contratada deverá entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento, devidamente emplacados (placa oficial) – exercício **2025 ou 2026**. Toda a documentação de propriedade e tráfego necessária também deve ser entregue, **com a quitação de todas as taxas, impostos e encargos que incidam sobre o veículo até a data da efetiva entrega ao Ministério Público do Rio Grande do Sul.**

8.2 O documento fiscal deverá ser apresentado no ato da entrega provisória dos bens.

8.2.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.2.2 A Nota fiscal deverá ser enviada:

- a) Aos cuidados de: José Adriano Ribeiro D'Avila
- b) Endereço de e-mail: transporte@mprs.mp.br
- c) Em caso de dúvidas, telefone de contato: 51 3295-2030

8.2.3 A data da nota fiscal deve ser posterior à Ordem de Fornecimento expedida.

8.2.4 A Nota fiscal deve destacar os impostos objeto de retenção.



8.2.5 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.2.6 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.3 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após o recebimento definitivo dos bens.

8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.5 Valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, poderão ser deduzidas do pagamento, de forma cautelar ou definitiva.

8.6 O não pagamento na data implica em atualização monetária entres as datas prevista e efetiva de pagamento, de acordo com a variação *pro rata die* do IPCA.

8.7 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano da data do orçamento estimado.

## **9. SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1 CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

#### **9.1.1 Critério de julgamento**

- ☐ Menor preço global
- ☒ Menor preço unitário

### 9.1.2 Parcelamento do objeto

- ☒ Há parcelamento do objeto.
- ☐ Não há parcelamento do objeto ou há agrupamento de itens, de forma total ou em parte (itens ou lotes).

### 9.2 TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

- ☐ Não se aplica (para contratações diretas, exceto as dispensas do art. 75, I e II, da Lei 14.133/2021)
- ☒ O tratamento diferenciado deve seguir o valor apurado na pesquisa de preços, conforme art. 48, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06
- ☐ O tratamento diferenciado observa exceção legal:
  - ☐ não existem ao menos 3 fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
  - ☐ o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não é vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
- ☐ O tratamento diferenciado é alterado por alguma regra de mercado.

### 9.3 EXIGÊNCIAS VINCULADAS À PROPOSTA

#### 9.3.1 Amostra

- ☒ Não será exigida amostra.
- ☐ Será exigida amostra.

#### 9.3.2 Catálogo

- ☐ Não será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.
- ☒ Será exigido catálogo comprobatório das especificações técnicas do produto.

### 9.3.3 Carta de Solidariedade

- ☒ Não será exigida Carta de Solidariedade
- ☐ Será exigida carta de Solidariedade emitida pelo fabricante (no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor).

### 9.3.4 Laudos e/ou Declarações

- ☒ Não serão exigidos laudos e/ou declarações.
- ☐ Serão exigidos laudos e/ou declarações.

## 9.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- ☒ Não será exigida qualificação técnica
- ☐ Será exigida qualificação técnica

### 9.4.1 Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional

- ☐ Não haverá.
- ☐ Profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.
- ☐ Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios.
- ☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos:
- ☐ Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso:
- ☐ Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso:
- ☒ Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

#### 9.4.2 Qualificação técnica do subcontratado

☒ Não haverá

☐ Haverá.

#### 9.5 CONSÓRCIO

☐ Não há qualquer indicativo técnico para a vedação à participação de empresas em consórcio.

☒ Há indicativos técnicos para a vedação à participação de empresas em consórcio.

*A vedação à participação de empresas em consórcio justifica-se em razão das exigências legais aplicáveis à comercialização de veículos novos no Brasil, disciplinadas pela **Lei nº 6.729/1979 (Lei Ferrari)**. Referido diploma estabelece que a venda de veículos 0 km ao consumidor final é atividade exclusiva de **concessionárias autorizadas**, formalmente vinculadas ao fabricante.*

☐ Não se aplica (apenas para contratações diretas).

#### 10. ESTIMATIVA DO VALOR

ITEM	<u>DESCRIÇÃO</u>	Valor estimado
1	Veículo novo, <b>de passeio</b> , 0 km, tipo camioneta, ano/modelo 2025/2025 e/ou 2026, com especificações completas no item 4.3 e seus subitens.	R\$ 147.555,00
2	Veículo novo 0 km, <b>tipo furgão ou van</b> (misto), ano/modelo 2025/2025 e/ou 2026, adaptado, com especificações completas no item 4.3 e seus subitens.	R\$ 413.063,33